

Resenha O Ressentimento na História

Nelma Medeiros¹

O ressentimento na história, Marc Ferro.
Rio de Janeiro: Agir, 2009.

“Com sombria cautela eu atravesso o mundo-hospício de milênios inteiros...”
As palavras de Nietzsche, em seu *O anticristo*, nos vêm à lembrança na leitura do livro *O ressentimento na história*, do historiador francês Marc Ferro, que nos suscitou algumas considerações, partilhadas a seguir.

A proposta do livro é “detectar as manifestações de ressentimento, seus modos de aparição, seus efeitos através da História”, levando em conta a contribuição de autores que tematizaram diretamente o problema do ressentimento, como Nietzsche e Max Scheler, ou que se aproximaram do fenômeno, como Rousseau, Dostoiévski, Camus e Céline.

O ensaio é uma espécie de catálogo de situações engendradoras e mantenedoras de ressentimentos motivados ou alimentados por religião, nacionalismos, identitarismos, nascimento, dinheiro, mérito, competência ou fraqueza física, da antiguidade greco-romana ao mundo contemporâneo pós-colonização e globalização. Vemos como o cultivo da memória, re-encenada socialmente, é um expediente importante na manutenção do ressentimento através de gerações, na escola, na família, no catecismo, nas pregações de judeus, católicos e protestantes, na ideologia de democratas, radicais, regeneradores sociais, justiceiros, revolucionários e defensores da igualdade.

Encontramos rancor de soldados e oficiais de várias nacionalidades após a Grande Guerra pela ingratidão de civis e dos governos, de onde nasceriam as ligas de veteranos, tão importantes no fomento ao nazi-fascismo na Itália e na Alemanha; as festas populares conhecidas como *Moros y Cristianos*, que, de Barcelona a Málaga, reproduzem, até hoje, de geração em geração, nos insultos trocados por seus participantes, o sentimento de humilhação e rancor pela expulsão dos mouros da Espanha em 1492; a ira alimentada sob forma de questionamento e luta contra

¹ Professora Adjunta (DLCS/UFRRJ). Doutora em filosofia (IFCS/UFRJ). Pesquisadora do ETC: Estudos Transitivos do Contemporâneo (Grupo de Pesquisa/CNPq).

a opressão, nos mais diferentes tempos e lugares; ideologias de direita e esquerda forjadas a partir do ódio e da amargura, em contextos diversos que ultrapassam a luta de classes, os nacionalismos, os racismos qualificados, sem que nenhuma dessas situações se apresente como um “tipo ideal” weberiano, nos fazendo pensar, ao contrário, que o fenômeno é mais insidioso, mais repetitivo e evidente, exigindo olhar mais arguto e ferramentas mais abstratas para apreendê-lo em suas manifestações.

Como afirma Ferro,

na origem do ressentimento, tanto no indivíduo quanto no grupo social, encontramos sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um trauma. Aquele que se sente vítima não pode reagir, por impotência. Rumina sua vingança. que não pode executar e o atormenta sem trégua, até explodir. (...) A revivescência da ferida passada é mais forte do que toda vontade de esquecimento. A existência do ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente (...). E a história oferece diversos testemunhos disso (p. 14).

No primeiro capítulo se analisa a sorte dos escravos e perseguidos, “um ressentimento milenar”, da cultura greco-romana ao advento do cristianismo e seus efeitos como religião vencedora na Europa medieval, aí incluídos o antijudaísmo e a luta contra as heresias. O autor tenta escapar das fórmulas fáceis que opõem opressores e oprimidos – e não poderia não fazê-lo, ao encarar o tema a que se propõe –, e mostra toda sorte de reviravoltas sociais e políticas no engendramento e manutenção do ressentimento, não importando se é o caso de escravos, homens livres, nobres, plebeus, ricos ou pobres. A uns não se tolera a ostentação da riqueza material, em que pesem as reiteradas ações dos ricos de contribuir para o bom andamento da coletividade cívica (instituição do *evergetismo*², analisada pelo historiador Paul Veyne em seu livro *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique* [Paris: Seuil, 1976]). A outros não é suportável o talento político, pessoal e intelectual, levando ao assassinato, de César por Brutus, “cujo amor pela república não passava de uma de suas motivações” (p. 17).

Com o cristianismo, o igualitarismo tornou-se regra e ninguém mais pensou por si, na mão contrária do que imaginara Gustave Flaubert, ao afirmar: “Os deuses, não existindo mais, e o Cristo não existindo ainda, houve, de Cícero a Marco Aurélio,

² Cerimônias públicas periódicas, religiosas ou não, financiadas por notáveis locais (*evergesia*), que prestavam homenagem à cidade e reforçavam os laços de clientela que garantiam seu status, poder e influência na sociedade; pode ser entendido simplesmente como a prática de doações de um indivíduo à comunidade, como notáveis municipais, senadores e o próprio imperador. Cronologicamente abarca o período que vai aproximadamente de 350 a. C. a 400 d. C., no mundo helenístico e, depois, romano, incluindo o Oriente conquistado.

um momento único em que só existiu o homem”, citado por Marguerite Yourcenar, que soube figurar “esse homem sozinho e, no entanto, ligado a tudo”³. Doravante, a igualdade sendo a regra, estava aberta a temporada dos revides, sob o pano de fundo da reversão de perseguidos a perseguidores. Se todos são iguais por dignidade, é preciso definir os critérios de ranking: escravos, pobres e despossuídos se tornam o *top ten* da cultura, prontos a se vingar através da projetada onipotência de um deus que faria o serviço em nome de todos, desde que todos atuassem a favor da vingança, esperando a recompensa do “reino dos céus”. É o que Nietzsche viu, formulando a famosa equação da “rebelião escrava na moral”, ou seja, “quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária, obtêm reparação”⁴, construindo um sistema moral em que o ressentido, pela posição auto-colocada de inferioridade, reverte o jogo de forças, tornando hegemônico o papel do “desfavorecido”. E isso, à medida que a moral escrava se caracteriza por ser, de saída, um “não” ao que se coloca, um “fora”, um “outro”, um “não-eu”, um “não” que é ato criador do ressentimento⁵ e que aproximáramos da dinâmica concebida por Freud com seus “dois princípios do funcionamento mental”: o princípio do prazer e o princípio de realidade.

Pensemos com Nietzsche e Freud. O que é o não como ‘outro’, ‘não-eu’ ou ‘fora’, à luz da ferramenta psicanalítica? Não é senão a operação de recalque, que exclui, pelo ‘não’, a possibilidade avessa. Mas faz algo mais prejudicial ao funcionamento mental ou da “vida”, como dizia Nietzsche: pois ao excluir o avesso, isto é, se colocar como fora ou outro, elimina-se a experiência de pensamento, que é a consideração em abertura para qualquer positividade, experiência que o filósofo muitas vezes chamou de ceticismo.

Vamos reconduzir essas considerações à ordem do inconsciente freudiano reformulado pela NovaMente⁶. O modelo do psiquismo é uma banda de Moebius, com sua única e mesma face representando as possibilidades de a mente funcionar como trânsito pleno, sabendo que qualquer ponto ou localização na banda permite o raciocínio da bifididade. Ou seja, situa-se um ponto, que é orientável para qualquer lado (= bí-fido = fendido em dois), acrescido da imediata consequência de que, uma vez marcado, vai-se para um lado *ou* para o outro. Em termos práticos, não podendo não ser orientado

³ Cfr. “Caderno de notas das ‘Memórias de Adriano’”, parte integrante de *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: 2ª ed., Nova Fronteira, 1980, p. 293.

⁴ *Genealogia da moral*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 26.

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Referimo-nos a raciocínios apresentados em Oficina Clínica proferida por MD Magno em 09/01/1010.

na realidade cotidiana, estou marcado para um lado ou para outro. Eis aí o princípio de realidade freudiano, conjugado ao princípio do prazer, um sendo parte integrante do outro: a mente é a indiferenciação das possibilidades que se me apresentam; experiência de inadequação de qualquer delas face à abrangência em neutro que me acontece, o que, na banda de Moebius, corresponde à propriedade da bifididade (princípio do prazer). Mas opero, como corpo, informação, polêmica, situação e mundo, na quebra da paridade comparecente em neutro – chamemo-la quebra de simetria –, e daí não dá para fingir que me situo na concomitância bífida do “nem uma coisa nem outra”: ao contrário, a realidade, a paridade quebrada eu-não-eu, dentro-fora – para usar os termos de Nietzsche – se coloca como dado e resta saber o que se fará com isso (princípio de realidade). Ora, o ressentimento é mais do que dizer “não” à simetria quebrada; é recusá-la, a todo custo, sob forma de dubitação, procrastinação ou deliração de que obterei todas as possibilidades, aqui e agora. É uma espécie de subproduto da recusa e que vira seu alimento, na qual, de um modo ou de outro, nunca consigo o que quero (sic!), obtendo em troca o rancor reiterado na e pela situação estacionária.

Não é confortável saber que estão em mim – e, suponho, em muitas outras pessoas – diversas maneiras de montar e alimentar ressentimentos. Eles se imprimem em nosso modo de funcionar, passando-se anos, gerações, sem que o problema seja visto. Pior, quando visto e apontado, parece que o rancor decuplica, como que acrescentando ao sentimento mantido a re-contagem do mesmo, agora lembrado e desmascarado. Onde, re-sentimento. Como ele se alimenta, que *modus operandi* o sustenta, que fatura se paga, que conforto se garante, que cultura o subscreve, que fraqueza ou covardia levam uma pessoa ou grupo a sucumbir a ele, que espécie de ilusão ou prazer se reitera em seu cultivo? São algumas perguntas suscitadas pelos exemplos elencados por Marc Ferro, assim como os da vida de muitos de nós

Uma das qualidades do livro, que garimpamos nas entrelinhas, pois não a encontramos formulada conceitualmente, é mostrar a recalcitrância da operação recalcanete de estirpe cristã nas vicissitudes da história do Ocidente. Assim, por exemplo, no capítulo II, se analisa o ressentimento como móvel da revolução, a partir dos casos da revolução francesa (1789) e russa (1917), incluindo a Alemanha entre guerras e a França de Vichy e de 1968, quando “a violência se generalizou e a tudo devorou” (p. 41). O autor formula a seguinte pergunta: “em que medida as revoluções constituem uma das expressões radicais do ressentimento?”, para ampliá-la logo depois: “será que identificar a parte do ressentimento nesses acontecimentos traz um complemento de inteligibilidade a fenômenos percebidos acima de tudo como conflitos entre ordens ou entre classes?” Sua resposta é um evidente sim.

Uma de suas vias é levar a pensar (sem explorar a hipótese) sobre quantos eventos anônimos, desconhecidos ou opacos à narrativa histórica desempenham talvez peso significativo na bifurcação dos acontecimentos e sua decantação. Exemplo: um jovem rapaz atirou ao chão e pisoteou os jornais que traziam a notícia da execução de seu irmão mais velho, exclamando “Eles vão me pagar!” “Quem são eles?”, teria perguntado uma vizinha. “Eu sei, isso basta”, respondeu o rapaz de 17 anos. Seu nome: Vladimir Ilich Ulianov (p. 60). Outro teria declarado que o “verdadeiro amor” que conheceu veio dos servos, e não do(s) pai(s). Seu nome: Piotr Kropotkin (p. 59). Ou vários testemunhos do ensandecimento revolucionário dos anos 1789-1793, com suas exortações públicas – por mãos de tabeliães e advogados, como Danton, Marat, Saint-Just, Robespierre, recém-tornados vingadores do passado, justiceiros do presente e arautos do futuro –, incitando à violência, à vingança, ao revanche, presentificando o ressentimento em nome da revolução e da “alma limpa” dos revolucionários. Mais uma vez, por seus exemplos, o livro nos faz pensar em como a cultura cristã nos molda em uma narrativa, uma historiografia, baseada em eventos paradigmáticos que alinhavam invariavelmente trajetórias de sofrimento, purificação e superação. E como isso tem o poder de nos manter presos a uma história necessariamente falsa, pois nos apruma em explicações prontas a organizar tudo em relações de causa e efeito – arbitrárias e tirânicas, pois não é possível açambarcar o escopo de um evento e suas proliferações –, excluindo, para frente e para trás, a imprevisibilidade e radical contingência que nos fazem ser o mundo que somos, mutável eventualmente.

O capítulo II conclui com a constatação: “Muitas vezes foi o medo sentido durante meses, durante anos, que transformou, por ressentimento, pessoas como vocês e eu em bestas ferozes. O ressentimento não tem pátria” (p. 113).

No capítulo III, deparamo-nos com a questão da “memória nacional” como “acervo do ressentimento” (p. 114-151). O autor elenca uma série de situações exemplares de ressentimento garantido pelo culto à memória, como a luta pela formação do estado polonês, sucessivamente desmembrado e anexado a outros territórios (1772, 1793, 1795, 1815 e 1939); a Áustria e suas reconfigurações culturais e territoriais, da partilha pós-primeira guerra ao *Anschluss* do IIIº Reich, chegando à eleição de Kurt Waldheim, em 1986; França e Inglaterra, “irmãs siamesas” em litígio secular, concluindo com a alternância de ressentimentos entre Alemanha e França, do século XVII ao XX.

No último capítulo, intitulado “Pós-colonização e comunitarismo”, é focado o problema histórico do ressentimento, em seus matizes étnicos e religiosos associados à questão da escravidão, no continente africano, desde o século VII, migrando para a questão da segregação racial nos Estados Unidos da América, na segunda metade do século

XX, tendo como mote a idéia “Black is beautiful” e a transformação de “ressentimento em orgulho vitorioso” (p. 162). São tratados ainda o “ressentimento dos colonizados”, tendo como exemplos a colonização espanhola na América, com seu dilaceramento entre supostas pertenças sociais e étnicas (*crioulos*, mestiços e indígenas), incluindo rápidas pinceladas em outros cenários históricos de colonização, como Argélia, Índia, Vietnã. Pena que o autor não tenha tratado do problema do ressentimento na China maoísta, pois nos daria idéia de como uma cultura não-cristã teria lidado com esse subproduto ocidental que é a revolução e seus corolários.

Na conclusão Marc Ferro retoma o *leit-motif* de seu ensaio, lembrando que se trata de um fenômeno que escapa aos conceitos usuais de análise histórica, em especial por incidir sobre a própria temporalidade. Sendo uma ferida que re-torna, não permite que o presente vire futuro. Cria recortes onde há continuidades e remanesce quando poderia ter bifurcado. Além disso, não se associa necessariamente a uma reivindicação precisa e a satisfação desta não o apazigua; está ligado a matrizes ideológicas as mais variadas, estimulando movimentos sociais cuja direção não estava previamente determinada; se constitui em lógica de reciprocidade, pois mobiliza as partes envolvidas em reiterado jogo de reação e revanche, com preço caro pago por todos; se caracteriza pela incriminação dos outros mediante a auto-valorização, o que resulta em apreço às identidades (religiosas, nacionais, territoriais, culturais, étnicas etc.).

É um ensaio que, em seu ritmo de contar histórias e fartura de exemplos, deixa ao leitor um punhado de coisas para pensar.